



PARECER

PLANO DE ACÇÃO CLIMÁTICA DE LOURES

A ADAL tem a perspectiva de que um Plano de Acção Climática tem obrigatoriamente de se constituir num plano estratégico e adquirir um valor hierárquico que, de forma flexível, mas orientativa, comande as opções do Plano Director Municipal.

Nada que, podendo, tenha de estar inscrito na legislação nacional, mas que pode – e deve - ser adoptado como um instrumento estratégico, resultante de um consenso político e social, desejável e indispensável, para que possa assumir o papel que dele se tem de esperar.

Entende-se que o **Plano de Acção Climática** tem de ambicionar:

- Combater activamente as alterações climáticas;
- Mitigar os efeitos das alterações climáticas já percepcionadas e estimadas cientificamente;
- Orientar a adaptação dos modos de vida futura, para a situação climática que se apresentar;
- Perspectivar um concelho sustentável. Do ponto de vista ambiental, económico, demográfico, territorial, energético, científico e cultural.

O Plano de Acção Climática de Loures, daqui em diante PACLRS, tem de ser:

- politicamente assumido;
- integrar uma visão do desenvolvimento local;
- passar a orientar as políticas municipais;
- definir as referências essenciais que a revisão do PDM precisa em muitos domínios do ambiente e da gestão do território, do património cultural e da economia local, da educação e da saúde;
- incrementar a participação cívica e estimular, a todo o tempo, o debate democrático, o conhecimento científico e a informação fidedigna.

Em suma, na nossa visão o PACLRS – no actual momento civilizacional - não pode ser um mero plano ou apenas um emblema que fique bem na lapela, no discurso ou na rede social mais próxima.

O PACLRS deve:

- Ser informado
- Ser determinado
- Ser dinâmico
- Ser flexível
- Ser competente
- Ser inteligente
- Ser participado
- Ser consensual

O modo como a preparação desta primeira versão – a nossa expectativa é de que venha a haver outra, mais rica e ambiciosa em breve e que, depois, tenha um período de revisão, pelo menos em cada ciclo autárquico – foi feita, com uma insuficiente participação das forças vivas, sem análise participada pelos cidadãos nos aspectos sectoriais do PACLRS, um muito pouco representativo envolvimento do tecido empresarial, a deficiente contribuição das Juntas de Freguesia.

Portanto, dir-se-á, que uma das insuficiências do Plano será a ausência do propósito de se tornar incontornável e robusto, definindo, desde logo, o início e a moldura de trabalhos da sua revisão.

Uma segunda observação é a de que o Plano de Acção Climática, ao mesmo tempo que parece não ter relevância estratégica, aparenta constituir-se num documento promotor de campanhas, de estudos e de outros planos que são sucessivamente referidos na parte do documento apresentada como “Visão Estratégica”.

Ainda no domínio das observações gerais, considera-se não estar reflectida nenhuma preocupação relativamente à circunstância de Loures se localizar numa zona de elevado risco sísmico. Independentemente da existência, ou não, de relações directas entre o risco sísmico e o clima, accionar políticas de gestão do território, políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas não deveria, de maneira nenhuma, ignorar a particularidade territorial tão relevante.

Merece ainda um reparo veemente, a falta de assunção de medidas institucionais e políticas potentes, vertidas no documento, no domínio urbanístico em geral e, em particular, com as problemáticas seguintes:

- Impermeabilizações dos solos;
- Protecção dos lençóis freáticos, poços e minas;
- O combate aos clandestinos empresariais;
- Espaços canal para viabilizar o desenvolvimento dos transportes públicos de massas, como a via férrea para o Oeste, para referir um único aspecto;

Impressiona que o PACLRS nada refira e não se oponha à vocação logística que o PROT Lisboa atribuí ao Concelho de Loures. Mitigar os efeitos das alterações climáticas e adaptar o território em função destas, exige um território mais disponível, mais verde, menos pressionado por actividades de reduzidas mais-valias, com mais oferta de emprego, designadamente qualificado, que reduza os movimentos pendulares das populações, que reduza e não aumente o trânsito de pesados, que afecte a qualidade do ar e degrade as condições de saúde da sua população.

Surpreende que a sustentabilidade não se profile como o propósito primeiro deste Plano.

Em 26 de Novembro do passado ano, a ADAL esteve no Palácio Marquês da Praia para conhecer as medidas e ações do Plano de Ação Climática de Loures, agora proposto a apreciação pública.

Então, solicitou publicamente à equipa de trabalho do Plano a realização de uma reunião de trabalho para que pudesse ajudar a corrigir alguns aspectos do

documento, que se nos apresentavam inadequados e insuficientes, para a ambição necessária de um plano de estratégia e acção com a importância que este tem.

Um plano de acção climática, nos tempos que correm, com os riscos e ameaças que impendem sobre todos nós, não pode correr o risco de ser menosprezado, superficial ou desintegrado, pelo que requer responsabilidade política de primeira grandeza e o compromisso firme de traçar orientações incontornáveis para o PDM que precisa de revisão e o território que precisa de ordenamento sem tibiezas.

Oito meses depois chega-se a uma Discussão Pública sem ter havido tempo (vontade, certamente) para ouvir a única ONGA do Concelho, o que configura indiscutivelmente uma opção política e revela fragilidades insuspeitadas na produção do PAC. Quem foge ao debate, em regra, teme debater ou assume a arrogância técnica ou política de que o território e as pessoas não precisam.

Dada essa atitude, dificilmente entendível, em quem tenha genuíno empenho em chegar a boas soluções e a obter o envolvimento e participação dos cidadãos, a ADAL procederá de seguida a listar o conjunto de dúvidas e de observações que a fase “conclusiva” do documento nos apresenta:

Página 248

“A operacionalização da estratégia climática estruturou-se em torno de oito objetivos estratégicos (OE), que respondem aos desafios colocados pelas alterações climáticas projetadas para o território:”

Para a concretização de tais objectivos estratégicos, não bastará aprovar um Plano singelo numa qualquer reunião de Câmara. É preciso o efectivo envolvimento institucional da dimensão política através dos eleitos, conferindo a vontade e responsabilidade políticas necessárias. A descrição do Urbanismo, do Planeamento Estratégico, da Educação e da Cultura, entre outros sectores relevantes questionam a existência de uma visão estratégica.

Pág 249

“OE 6: *Dinamizar a literacia sobre alterações climáticas e a responsabilização ambiental nos processos de mitigação e adaptação*”

Na nossa opinião, um objectivo estratégico deveria ser a promoção do conhecimento científico de forma consistente, para que cada um possa ajuizar sobre os fenómenos que o rodeiam.

Envolver literatura e outras técnicas em formato tipo "auto-ajuda" sobre alterações climáticas são apenas um logro inconsequente.

“OE 7 : *Aumentar a informação, consciencialização e participação cívica*”

Aumentar a informação e a participação tem de significar medidas concretas, como mais tempo para discussões públicas dos projectos, disponibilização célere de informação sobre projectos, conceder mais tempo para os períodos de discussão pública, revelar vontade política efectiva de debater e analisar em conjunto com a sociedade civil. Tem de ter conteúdos e não se resumir a slogans

Pág 251

“(v) Descarbonizar e descentralizar a produção de energia;”

Qual é exactamente o objectivo desta medida ?

Quais produtores ou produções de energia se deseja abranger ?

Pág 255

Ações de mitigação

Vêm-se misturadas as ações de carácter geral com aquelas que se preconizam aplicáveis apenas aos serviços municipais. Smo deviam estar separadas claramente, por respeitarem a universos diferentes.

Ampliação/construção dos parques de estacionamento de automóveis, bicicletas e trotinetes junto das estações de metro (parques dissuasores)

O PACLRS não equaciona a opção de não concretização do metro. Se o Metro não se concretizar, uma alternativa deveria prever a ampliação/construção de parques de estacionamento dissuasores nas principais cidades e núcleos populacionais do Concelho e, igualmente o acolhimento de meios de deslocação suave que permita as deslocações nos espaços urbanos

Criação de um programa de promoção/marketing e capacitação para a utilização da mobilidade suave (pedonal e bicicleta)

Não estamos certos de perceber o que será um programa de capacitação para a utilização da mobilidade pedonal e ciclável, pelo que deixamos a questão e também a discordância com o desperdício de recursos em promoção e marketing. Se os recursos materiais estiverem disponíveis, as pessoas intuitivamente farão uso dos meios de mobilidade suave.

Plano concelhio de mobilidade escolar

De que plano se está a falar ? De um plano que existe ? De um plano que se quer desenvolver ?

Qual é o objectivo ? Em que medida se articula com o PACLRS e que resultados são esperados ? Como se articula com os restantes e numerosos planos referidos ao longo do documento ?

Pág 256

Avaliação da instalação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos nos edifícios do parque habitacional público

Que tipo de avaliação se pretende fazer e porquê ?

Conceção e implementação de programas de educação ambiental sobre eficiência energética

Corre-se o risco de ser um desperdício de recursos. A eficiência energética atinge-se, antes de mais com meios materiais e talvez, depois, com o ensino do seu manejo, mas não se entende a eficácia na mudança comportamental no domínio das energias com programas específicos de educação ambiental. Em grande medida, os preços é que definem as condutas.

Apoio a candidaturas a programas e linhas de financiamento no âmbito da eficiência energética para a habitação privada

Poderia entender-se proporcionar apoio a inquilinos e proprietários de baixos recursos, nunca genericamente à “habitação privada” em abstracto. Os preços actuais de comercialização do imobiliário promovem a arrecadação de mais-valias substanciais, que não justificam qualquer financiamento público. O que se considera necessário é regulamentar e obrigar a que os promotores imobiliários instalem o necessário nas construções novas e, nas restantes, conceder prazos confortáveis a proprietários e condomínios para procederem a medidas de eficiência energética nos seus imóveis, podendo beneficiar de deduções em sede de IMI ou IRS.

Envolvimento de uma ‘Entidade Gestora de Autoconsumo Coletivo’ (EGAC) para apoiar a criação de ‘Comunidades de Energia Renovável’ (CER) e o autoconsumo coletivo

*No entendimento da ADAL, o que o Concelho de Loures precisa é do reconhecimento institucional e reactivação de uma **Agência para a Transição Energética** que encontre e proponha os melhores caminhos no estudo, análise e adopção de medidas e acções especializadas no domínio das energias, tendo em vista os propósitos estratégicos do Município. A Câmara Municipal não tem vocação e não deve andar a gerir pequenos negócios eléctricos e entendimentos entre privados e entre estes e entidades públicas.*

Criação de espaços de atendimento ao público para apoiar os cidadãos na preparação e aplicação de medidas, candidaturas e comportamentos sustentáveis em matéria de utilização de energia.

Aí está, um bom exemplo de responsabilidade a atribuir à Agência de Transição Energética de Loures (ATEL)

Pág 257

Elaboração e implementação do ‘Plano de Poupança de Energia’

Reiteramos a perspectiva de que o PACLRS deveria definir objectivos estratégicos para que a ATEL estude e proponha as medidas e acções técnicas adequadas. Um Plano de Poupança de Energia é, inquestionavelmente, do âmbito técnico especializado.

Apoio técnico a candidaturas a programas e linhas de financiamento no âmbito da eficiência energética para equipamentos públicos e sociais (a entidades abrangidas pelo ‘Programa de Apoio Municipal à Dinâmica das Entidades Locais’)

Mantém-se a perspectiva de que será missão adequada para a ATEL

Elaboração de um ‘Guia de Boas Práticas Energéticas’

Este Guia de Boas Práticas destina-se a técnicos ? Arquitectos, Engenheiros e outros profissionais ?

Elaboração do ‘Plano Director de Iluminação Pública’

*Porque é que a Iluminação Pública merece um Plano Director ?
Linhas de orientação mais singelas (um Regulamento Municipal) não são suficientes para ter o carácter directivo necessário junto dos serviços municipais e as entidades privadas que carecem de tal orientação ?*

Envolvimento de uma ‘Entidade Gestora de Autoconsumo Coletivo’ (EGAC) para apoiar a criação de ‘Comunidades de Energia Renovável’ (CER) e o autoconsumo coletivo.

Repetimos a nossa visão de que se trata de missão para a ATEL, para sublinhar a questão e evitar novas repetições adiante, que não faremos.

Pág 258

Ações de sensibilização de boas práticas para a redução e gestão eficiente de resíduos

A redução e gestão eficiente de resíduos no território municipal, tem de ter em conta os resíduos sólidos urbanos, os resíduos industriais banais, os resíduos de saneamento, os resíduos perigosos, os resíduos hospitalares e os resíduos nucleares.

Antes de quaisquer acções de sensibilização importará conhecer bem que resíduos, em que quantidades e onde existem no Concelho. Cada tipo de resíduos carece de uma abordagem específica e as acções de sensibilização, decorrem dessas especificidades, localização e riscos associados.

As restantes acções propostas carecem ainda de sentido sem o conhecimento de base, prévio, que faça uma aproximação à realidade e viabilize a reflexão, a compaginação legal e sustente tecnicamente as acções como contributos válidos para o Plano em apreciação

Pág 260

Definição de disposições regulamentares para incentivo à prevalência de florestas de proteção e de espécies autóctones e/ou pouco exigentes em água

A quem se pretende incentivar e como ?

Pág 261

Promoção da utilização direta dos subprodutos industriais, bem como a sua utilização cruzada entre tipologias industriais complementares

Esta pretensão carece de um esclarecimento sobre aquilo de que se estará a falar. Não se afigura entendível no contexto do PACLRS.

Promoção de dinâmicas de autorreparação de pequenos equipamentos eletrónicos

Que é que se pretende ? Autorreparação de equipamentos electrónicos pelos cidadãos ?!...

Promoção de campanhas de sensibilização no âmbito da economia circular

Uma outra campanha de sensibilização não parece justificar-se para doutrinar em torno da denominada economia circular que tende a ser apenas um slogan, na medida em que não redistribui os esforços e, ainda menos, redistribui as mais-valias geradas na cadeia de valor

Não há forma de suscitar a adesão das pessoas a um tal processo se as vantagens continuam a ser apenas e só para quem já beneficiava do sistema económico vigente desde pelo menos a revolução industrial.

Pág 263

Objetivos específicos

Há alguma razão entendível para não integrar nos objetivos específicos do PACLRS o cumprimento e implementação do Decreto-Lei 101-D/2020 ?

Pág 264

Reverter a situação da reduzida existência de áreas protegidas

Nas acções de adaptação não deveriam estar propostas áreas protegidas para cumprimento do objectivo

Campanha de sensibilização sobre medidas preventivas dos efeitos do calor intenso dirigida a grupos de risco

Os alertas e orientação aos grupos de risco para preservar a sua saúde ou mesmo a sua vida é sempre útil, mas sublinha-se que as campanhas de sensibilização não substituem, neste domínio, as condições materiais que viabilizam a resistência às adversidades climáticas. O foco tem de ser colocado na criação dessas condições de base.

Criação de condicionamentos temporários de circulação de veículos

*Criação de condicionamentos a que veículos, quando e porquê ?
Qual é o propósito ?*

Criação de estruturas de sombreamento / refúgios climáticos em escolas

Nenhuma objecção à criação de estruturas de sombreamento/refúgios climáticos em escolas onde, de resto, as árvores deveriam dominar o espaço aéreo em todos os estabelecimentos escolares, contudo, porquê apenas nas escolas ? Nos lares e Centros de Dia ? Em zonas desportivas e de lazer ? Etc.

Pág 266

CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE HABITACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

A medida 10 revela-se pouco directiva, pouco incisiva, pouco ambiciosa. Somos de opinião que é um âmbito em que se tem de revelar com orientações e objectivos concretos a vontade estratégica municipal.

Implementação da ‘Estratégia Local de Habitação’ em articulação com as novas políticas de habitação

Quais são as novas políticas de habitação ? Qual é a Estratégia Local de Habitação ? Onde estão plasmadas tais políticas e estratégias que possam analisar-se e perceber-se a pertinência de integrarem o PACLRS

Articulação com o ‘Programa de Recuperação e Resiliência | Habitação’, no âmbito da AML

Ou a articulação está feita e devia aqui ser revelada ou então a acção não faz sentido porque não há já tempo para coisa nenhuma no âmbito do PRR

Disposições regulamentares de promoção de eficiência energética (RMEU)

Uma das acções mais relevantes do PACLRS, apresenta-se de uma forma relativamente “envergonhada, discreta”, mas em qualquer caso saúda-se a sua assunção. Teria todo o interesse perceber-se quais são as disposições regulamentares que se propõem para assegurar a promoção da eficiência energética.

Pág 270

Redução do efeito de ilha de calor urbano, através da criação de áreas com função de ventilação

A manutenção da vocação logística do Concelho e concentrando em Loures armazéns e circulação de camiões, contraria-se a própria acção de adaptação ou esta perde sentido. Portanto, uma acção essencial que deve constar no PACLRS é a escusa de manter a vocação logística que o PROT Lisboa atribui ao Concelho de Loures.

Ações de sensibilização de boas práticas para a redução e gestão eficiente de resíduos

A redução e gestão eficiente dos resíduos pode ter relevância para a dispersão dos poluentes atmosféricos. Uma acção de adaptação relevante, mesmo essencial, será o Município de Loures usar a sua prerrogativa de impedir uma 4ª linha de queima de resíduos na Valorsul.

Rede de monitorização de qualidade do ar

Existe uma rede da qualidade do ar na zona de Lisboa. O objectivo é replicar a rede ou alargá-la ?

Projeto 'A.Tu.Ar. – por uma melhor qualidade do ar'

Não se faz ideia de que projecto será este, pelo que se desconhece a sua contribuição ou despropósito para o PACLRS.

Pág 272

Implementação de campanha de sensibilização sobre os perigos de queimas e obrigações legais

Mais uma campanha de sensibilização, aparentemente, redundante e despicienda, face às campanhas de âmbito nacional promovidas pelos especialistas da ANEPC sobre a problemática dos fogos florestais e as obrigações legais associadas. Os recursos municipais talvez devam ser canalizados para medidas práticas e operacionais pertinentes ao nível municipal.

Protocolo de colaboração com entidade externa para execução de faixas de gestão de combustível em área de atividades económicas

*As faixas de gestão de combustível em torno das áreas de actividade económica carecem de gestão, seguramente, mas as restantes faixas de gestão de combustível em torno de terrenos agrícolas, em torno de espaços desportivos, em torno de bairros ou povoações, não requerem igualmente gestão ?
Porquê referir desde já um protocolo ? Está negociado ? Porque não uma prestação de serviços ? Porque não meios próprios do município ?*

Requalificação dos espaços verdes municipais

Teria interesse perceber esta acção, a que espaços verdes municipais se refere, que tipo de requalificação se quer promover e quais são as medidas de redução do risco de incêndio florestal a adoptar.

Pág 274

Controlo sustentável de cheias no Rio de Loures, Ribeira da Póvoa e Rio do Pinheiro de Loures

Teria o maior interesse perceber como se perspectiva, no âmbito do Plano, desenvolver e materializar tal acção.

Controlo sustentável de cheias no Rio Trancão

Igualmente, teria o maior interesse perceber como se perspectiva, no âmbito do Plano, desenvolver e materializar o controlo sustentável de cheias no Rio Trancão.

Definição de disposições regulamentares para incentivo à prevalência de florestas de proteção e de espécies autóctones e/ou pouco exigentes em água

A prevalência de florestas de protecção e de espécies autóctones é uma acção meritória, contudo, embora as disposições regulamentares possam ser importantes, será decisiva a disponibilidades de terrenos que o permitam. Que medidas se equacionam quanto à mobilização/reserva de tais disponibilidades ?

Serão áreas municipais, áreas públicas ou áreas privadas ?

Gestão e Manutenção do Percurso Ribeirinho do Rio Trancão - Bucelas

O percurso ribeirinho do Rio Trancão vai ficar-se por Bucelas ?

Na nossa opinião, este percurso, qualquer que seja a sua extensão, não é uma das acções de adaptação mais relevantes e necessárias no domínio climatérico, contudo, se se tratar de insuficiência de percepção da nossa parte, a questão da sua extensão ganha nova expressão.

Pág 275

MEDIDA 15 GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS MUNICIPAIS

O título induz no sentido de se ir tratar dos recursos hídricos municipais (da entidade município) e não dos recursos hídricos concelhios (existentes no concelho)

Pág 276

'Plano Estratégico de Reutilização de Água de Loures'

Estamos perante a proposta de mais um Plano e, ainda por cima, estratégico. Não seria de estabelecer o PACLRS como Plano Estratégico e as decisões adoptadas neste Plano serem efectivamente estratégicas e eliminar a confusão entre o que é e deve ser estratégico e aquilo a que se quer dar importância, conferindo-se-lhe o epíteto de estratégico?

Introdução de soluções de beneficiação dos sistemas de drenagem em vias localizadas em leito de cheia

Seria útil perceber quais os objectivos e que soluções de beneficiação dos sistemas de drenagem – e a que custos – para instalar em vias localizadas em leito de cheia. Se há cheia, não há drenagem natural que funcione. O que é preciso evitar a todo o custo é o prosseguimento da impermeabilização dos solos que acelera enormemente a chegada das águas às zonas de cheia naturais. O que é preciso é proibir construções e actividades em zonas de cheia.

Separação da rede unitária municipal de drenagem de águas residuais domésticas e de águas pluviais

Concorda-se com a substituição da rede unitária de esgotos por rede separativa, mas é indispensável dar “nova vida” às águas pluviais e não enviá-las simplesmente para as linhas de água e perderem-se no Tejo

Campanhas de monitorização das comunidades biológicas das ribeiras e programas de sensibilização e divulgação nas escolas

Parece-nos de utilidade a realização de monitorizações das comunidades biológicas nas linhas de água para aferir a evolução da sua despoluição, da sua biodiversidade, dos ganhos de resiliência, mas acções dirigidas às escolas devem sê-lo no âmbito de uma sensibilização ao clima, ao PACLRS e em boa articulação com todos os estabelecimentos de ensino e não em iniciativas avulsas.

Plano de monitorização ecológica da qualidade das linhas de água de Loures

Trata-se de mais um Plano, que aparenta um carácter avulso. Este “Plano” poderia, parece-nos, integrar a monitorização das comunidades biológicas. Ou seja, no nosso entendimento, deveria haver um único Plano de Monitorização da Rede Hidrográfica de Loures e integrar todas as análises e monitorizações que se justificam no âmbito do PACLRS, mas também no que toca a uma estratégia de protecção e aproveitamento das águas pluviais e, sobretudo dos aquíferos, poços e minas.

Criação de plano de água para a fauna, oxigenação da água e implementação de dispositivos de passagem

Muito genericamente se percebe a intenção, mas seria de interesse perceber mais detalhes como onde seriam executados tais planos de água e dispositivos de passagem, como seria feita a oxigenação da água e porquê, etc.

Implementação do 'Plano de Redução e Controlo de Perdas'

*Presume-se que se refira a perdas de água potável na rede pública gerida pelos SIMAR Loures-Odivelas.
Concorda-se com a sua implementação, sem dúvida. Mas para que não volte a falhar, seria do maior interesse conhecer as razões pelas quais não foi implementado, existindo, como existe, há tantos anos.*

Monitorização dos meios recetores da AdTA

De que monitorização se fala, a que meios receptores e qual o objectivo ?

Plano Municipal de Sustentabilidade Hídrica SEEH20 (Sensibilização, Eficiência e Economia Circular)'

*Que Plano é este ? Já existe ? Pretende-se elaborar um Plano mais ?
A sustentabilidade hídrica refere-se ao uso responsável e eficiente dos recursos hídricos, garantindo sua disponibilidade para as gerações presentes e futuras, sem comprometer a saúde dos ecossistemas. Isso envolve a proteção e conservação da água doce, o uso racional em ambientes domésticos, agrícolas, municipais e industriais, e a integração da gestão da água com outras práticas sustentáveis. Um tal plano, tem de ter um nível estratégico e integrar alguns dos planos avulsos que o documento refere. A “economia circular” é aqui completamente despicienda e talvez até despropositada. Está tratar-se de matérias ao nível da sobrevivência da espécie e não apenas de modelo económico.*

Sistema de monitorização dos dispositivos de drenagem

Quais sistemas de drenagem ? Que monitorização se pretende ? Que sistema é este ? Existe ou pretende criar-se ?

Elaboração do ‘Plano Geral de Drenagem de Loures’

Quais são os objectivos de mais este Plano ? Um Plano de Sustentabilidade Hídrica não acolhe um plano de drenagem e não se articula com o PDM ?

Pág 278

Estudo de controlo de caudais pluviais

Duas questões se nos oferecem sobre esta acção:

- 1. Este estudo não se integra no Plano de Sustentabilidade Hídrica ?
Porquê ?*
- 2. O que se pretende controlar ? que se deseja saber com o estudo ?*

Estudo de avaliação do potencial de reutilização das águas pluviais

*Parece-nos evidente que deve integrar o Plano de Sustentabilidade Hídrica?
Não se vê qualquer vantagem de ser um estudo isolado e avulso.*

Disposições regulamentares para promoção da retenção de água nos espaços públicos

Poderá ser uma acção que faça sentido, mas importaria perceber exactamente o que é e para quê. Reter água nos espaços públicos porquê, para quê, em todos e por quanto tempo ?

Pág 280

Reforço da implementação, pelos SIMAR, do ‘Programa de Controlo da Qualidade da Água’ (PCQA)

Estamos perante uma proposta de acção muito surpreendente. O fornecimento de água potável assegurado pelos SIMAR não pode, em nenhuma circunstância prescindir do mais alto padrão de qualidade da água.

*O surgimento desta proposta de acção, significa que os SIMAR, ultimamente, deslaçaram o Controlo de Qualidade da Água ?
A que se deve a necessidade do reforço da implementação ?*

Pág 282

Programa local de salvaguarda e valorização do solo de Loures

A ADAL subscreve veementemente o propósito de salvaguarda e valorização (não económica) de um bem escasso como é o solo do Concelho.

Contudo, não resulta claro nesta acção proposta o que significa um “programa local”, quando ele tem de ser estabelecido ao nível municipal e inscrito no Plano Director Municipal e assumido politicamente.

Criação de estruturas de redução da inclinação das linhas de água das encostas

*Será que se pretende dizer algo diferente do que resultou escrito ?
Redução da inclinação de linhas de água ? Seria, por certo, uma obra
faraónica, pelo que presumimos que requeira correcção de formulação.*

Estudo de aplicação de lamas da ETAR de Frielas para produção de biogás

*Esta proposta de acção também suscita algumas dúvidas para se aquilatar
do seu sentido no PACLRS:*

- 1. “Aplicação de lamas” onde ?*
- 2. Porquê apenas de Frielas ?*
- 3. Produção de biógas para que usos e onde ?*

Análise e avaliação periódicas das características físico-químicas dos solos

*Esta linha de intervenção não tem propostas de acção associadas, mas
ainda assim se pergunta quais os solos que se pretende incluir na avaliação
periódica e porque esses e não outros.*

Fiscalização das captações de água para uso agroflorestal

É uma outra linha de intervenção que não tem propostas de acção associadas e faz sentido, na nossa opinião, a sua aplicação aos espaços agro-florestais, tal como faz sentido a todas as demais captações, domésticas, industriais, agro-pecuárias e outras que através de furos e poços usam sem controlo os recursos hídricos de sub-solo.

P ág 283

MEDIDA 19 RESILIÊNCIA PASSIVA A CHEIAS E INUNDAÇÕES

As tendências referenciadas são todas elas favoráveis à resiliência passiva a cheias e inundações. Contudo, nestas tendências, não pode ignorar-se os fenómenos associados à redução dos dias de chuva e o alargamento da estação seca, que são as tendências para as chuvas repentinas de enorme intensidade e fenómenos climatéricos como o DANA e outros com a mesma tipologia em ocorrências e efeitos.

Quanto aos “impactes” referidos, afigura-se-nos justificado assinalar quanto a “Aumento de movimentos de terras em zonas de vertentes”, os riscos em que se incorre nos Bairros habitacionais classificados como de manutenção temporária, uma vez que não pode desvalorizar tais movimentos nas vertentes, como se se tratassem de localizações distantes e/ou de consequências não preocupantes.

Devem constar dos impactes, também, os danos na actividade agrícola e a perda de culturas.

*No que respeita aos “objectivos específicos” a ADAL considera que deve ser fixada a: “**Proibição de ocupação com construções zonas de cheia e de um modo geral a rede hidrográfica deverá ser preservada de construções estranhas à gestão de recursos hídricos e naturais**”*

*No elenco da Área geográfica de implementação (TVP), consideramos que deve constar “**Todas as vertentes onde existem edifícios construídos**”*

Pág 284

Instalação de pavimentos permeáveis e *green alleys*

Preconiza-se a adaptação regulamentar de modo a tornar a acção obrigatória para entidades públicas e privadas ? Então talvez fosse de o dizer claramente.

Programa/sistema de alerta e aviso à população em situação de perigo de cheias e inundações

Considera-se que o sistema da Protecção Civil não é suficientemente bom? Se for o caso, não será de propor melhorias ao invés de se propor um sistema redundante ?

Revisão do ‘PERLA - Plano Estratégico de Revisão das Linhas de Águas’

Com uma aprovação tão recente, porque carece já de revisão, nem um ano volvido ? Já há experiência da sua aplicação que justifique a revisão estribada em dados e práticas?

Promoção da reconversão urbanística em áreas de risco (impermeabilização e instabilidade de vertentes)

Completamente de acordo com a resolução do problema dos bairros de manutenção temporária e eventuais outras situações de risco. Mas que se pretende com a ideia de reconversão urbanística ?

Construção de bacias de dissipação de energia e perda de carga e bacias de retenção para drenagem urbana

A acção aqui patente suscita-nos algumas questões:

- 1. Onde, genericamente, se devem construir as bacias de dissipação de energia ?*
- 2. Porquê de dissipação ? Ou é dissipação com aproveitamento energético?*
- 3. O que são “bacias de retenção para drenagem urbana” ?*
- 4. Onde, genericamente, devem existir ?*
- 5. Qual o seu objectivo ? Como funcionam ?*

Monitorização da presença de inertes em linhas de água

Esta linha de intervenção não tem acções associadas que se perceba, pelo que se veria com interesse exactamente o que se pretende monitorar porque, em princípio não existem linhas de água sem inertes.

Pág 285

MEDIDA 20 EXPOSIÇÃO DE PESSOAS E BENS A MOVIMENTOS DE VERTENTES

Uma tendência que deveria ser adicionada nesta medida é a da impermeabilização dos solos.

O agravamento do risco de cheias e inundações é apresentado como um “impacte” da exposição de pessoas e bens a movimentos de vertentes. Não se nos afigura que esse impacte seja dos mais relevantes nos movimentos de vertentes.

Por outro lado, consideramos que os danos agrícolas podem resultar de impactes dos movimentos de vertentes.

Pág 286

Monitorização das vertentes contíguas à autoestrada A8, nomeadamente os taludes da encosta nascente situada a sul do nó de Frielas

Devem haver monitorizações em todas as vertentes, mas seguramente em todas as instáveis. A Câmara de Loures tem um estudo do ISEL. De resto, a CMLRS no seu "Atlas do Concelho", identifica-as:

"As áreas que apresentam maiores problemas de instabilidade são:

- O vale do rio Trancão, entre a quinta da Abelheira e Bucelas;*
- O vale da ribeira de Fanhões, a montante de Pintéus;*
- O vale da ribeira de Pinheiro de Loures, a montante de À-dos-Cãos;*
- O vale da ribeira de Camarões, a montante de À-dos-Calvos;*
- Os vales do rio de Loures e do rio de Lousa, entre Guerreiros e Ponte de Lousa e na área de Lousa – Salemas;*
- Os vales do rio Pequeno e da ribeira do Boiçã, a norte de Bucelas;*
- A frente da costeira de Odivelas – Vialonga, entre Frielas e Unhos, adjacente ao Talude Militar;*
- A frente da costeira de Lousa – Bucelas, em toda a extensão da vertente."*

Estudo da geotecnia, da geologia e da hidrologia das encostas de Loures

Estudo a compaginar com o PDM na sua revisão ?

Pág 287

A página tem 3 parágrafos e inclui um conjunto de ideias que, para boa percepção, justificariam uma redacção mais criteriosa orientada para um "Resumo Não Técnico"

Talvez, o recurso a outros parágrafos, um por cada tema abordado e perspectiva apresentada, facilitem o entendimento claro dos propósitos em cada caso.

Advogamos que suprimam temas como “governança” por falta de sentido em instituições sujeitas a eleição por sufrágio universal e directo e com um funcionamento democrático, sob à fiscalização dos órgãos competentes, também eles eleitos.

Igualmente, o anglicismo “stakeholders” não é expressão bem-vinda porque adultera desnecessariamente a língua portuguesa e obscurece o sentido. Pode falar-se com propriedade de intervenientes ou partes interessadas.

Pág 289

A política de ordenamento do território e de urbanismo tem como finalidade assegurar a adequada organização e utilização do território, visando a sua valorização e tendo como objetivo primordial assegurar um **desenvolvimento económico, social e cultural integrado**, harmonioso e sustentável do País, das regiões e dos diversos espaços que constituem os territórios municipais.

Recomendamos que se inclua igualmente o desenvolvimento “ambiental”

Pág 293

Concomitantemente, também o PROT-AML, que define a estratégia de desenvolvimento territorial para a área metropolitana de Lisboa, assume uma importância crucial para um bom, eficiente e sustentável ordenamento e gestão do

território municipal e para a devida proteção atual e salvaguarda futura dos seus recursos naturais.

A ADAL discorda completamente da estratégia de desenvolvimento territorial preconizada pelo PROT-AML que atribui a Loures uma vocação logística que consideramos comprometer o futuro do território, da sua evolução e os índices de desenvolvimento humano das suas gentes, subalternizando o Concelho face aos restantes da AML. Para nós, é absolutamente imprescindível exigir, em todas circunstâncias, a mudança de paradigma territorial, ambiental, económico, tecnológico, habitacional e demográfico para Loures.

Pág 295

Estranha-se a abordagem aos transportes colectivos, sem qualquer referência ao caminho de ferro para o oeste

Pág 297

Fomentar e estabelecer medidas de incentivo para a instalação e/ou utilização de equipamentos seletivos de deposição e recolha, em articulação com o sistema intermunicipal de gestão de resíduos

Quem se preconiza que incentive quem para a instalação de equipamentos selectivos de deposição e recolha de resíduos ?

Pág 298

Instalar ou adaptar equipamentos de sombreamento/refrigeração de paragens, estações, estacionamentos.

A melhor forma de sombrear com baixos custos e vantagens no sequestro de carbono é usar árvores, arbustos e trepadeiras. Refrigerações artificiais tendem a promover gees e consumos de energia.

Pág 299

Assegurar a ventilação natural e o sombreamento no meio urbano de modo a reduzir o efeito da ilha de calor

É algo que faz sentido, mas que estará votado ao insucesso se se continuar a urbanizar intensamente o território, a construir edifícios de alturas significativas, promovendo reflexões intensas da luz solar para o seu entorno, consumindo energia substancial para os seus aquecimentos e arrefecimentos internos. A implacável impermeabilização dos solos promove também o efeito de ilha de calor das áreas urbanas.

Pág 300

Introduzir os princípios de defesa da floresta contra incêndios no uso e ocupação do solo

Concorda-se com o princípio ao qual deveria ser adicionada a orientação do desenvolvimento sustentável da floresta autóctone quer pelas entidades públicas (onde o município se inclui, claro), quer pelos privados a quem não deve ser permitida a instalação de unidades industriais ou armazenais sem uma contribuição efectiva para a instalação de cortinas arbóreas da unidade ou mini-florestas.

Os objectivos concomitantes serão o refrescamento, a promoção da biodiversidade, o sequestro de carbono, o enquadramento paisagístico, a protecção contra poeiras e ruídos, o contínuo verde e malha ecológica.

Pág 305

Realizar as intervenções necessárias de realocização dos edifícios e as infra-estruturas sensíveis situadas em áreas de risco elevado de cheia rápida ou movimentos de massa em vertentes, com base em análise custo-benefício

Salienta-se a necessidade de dar prioridade às oficinas municipais que acolhem viaturas e equipamentos fundamentais para apoiar as populações em caso de catástrofes.

Feitas as observações, suscitadas as dúvidas, formulados questionamentos e apresentadas sugestões relativas ao PACLRS, para o qual almejamos pleno sucesso, embora entendamos que precisa de importante revisão como já assinalámos, reiteramos a nossa disponibilidade para contribuir activamente para a sua boa influência nas políticas municipais e regionais que são necessárias e urgentes.

As mudanças climáticas que se aceleram, não esperam pelas nossas tibiezas, hesitações e prioridades equivocadas.

As nossas intervenções e observações críticas procuram ser sempre construtivas, quer enquanto alerta, quer enquanto alternativa. Não aspiramos a ter sempre razão, nem nos deixamos fixar em visões monolíticas e inamovíveis, mas fazemos questão de perceber e reflectir sobre cada projecto, sobre cada medida, sobre cada acção e sobre as suas correlações. Seja a respeito deste Plano, seja a respeito das políticas, leis e regulamentos que se aplicam ou afectam os cidadãos de Loures e o território a que chamamos nosso.

A Direcção

24 de Julho de 2025